



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

1º TRIMESTRE / 2026

Lucas Felipe de Oliveira
Diretor Presidente
Diretor de Governança e Sustentabilidade

Márcio Adalberto Andrade
Diretor de Desenvolvimento e Infraestrutura

José Vivaldo Souza de Mendonça Filho
Diretor de Revitalização e Desenvolvimento Territorial

Alessandra Cristina Rossin
Diretora de Irrigação e Operações

Bruno Borges Pinto
Contador CRC-DF 15.331/O-9

SUMÁRIO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS

BALANÇO PATRIMONIAL	4
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO – DRE	5
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES – DRA	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – DMPL	6
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – DFC	6
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – DVA	7
NOTA 1 – Contexto Operacional	8
NOTA 2 – Apresentação das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis	8
NOTA 3 – Caixa e Equivalentes de Caixa	10
NOTA 4 – Crédito a Curto Prazo: Faturas	10
NOTA 5 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	11
NOTA 6 – Realizável a Longo Prazo	13
NOTA 7 – Investimentos: Participações Permanentes	14
NOTA 8 – Imobilizado	14
NOTA 9 – Intangível	15
NOTA 10 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais	15
NOTA 11 - Fornecedores e Contas a Pagar	16
NOTA 12 – Demais Obrigações	16
NOTA 13 – Obrigações a Longo Prazo	17
NOTA 14 – Patrimônio Líquido	18
NOTA 15 – Receita Líquida	19
NOTA 16 – Despesas Administrativas	19
NOTA 17 – Outras Despesas	20
NOTA 18 – Outras Receitas	20
NOTA 19 – Despesas / Receitas Financeiras	21
NOTA 20 – Transferências Financeiras e Ganhos/Perdas	21
NOTA 21 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL	22
NOTA 22 – Demonstração dos Fluxos de Caixa	22
NOTA 23 – Demonstração do Valor Adicionado	22
NOTA 24 - Transações com Partes Relacionadas	22
NOTA 25 – Eventos subsequentes	23

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de março de 2026

(Em Reais)

ATIVO	Notas	31/03/2026	31/12/2025	PASSIVO	Notas	31/03/2026	31/12/2025
<u>CIRCULANTE</u>		<u>398.859.454</u>	<u>394.507.359</u>	<u>CIRCULANTE</u>		<u>3.238.315.807</u>	<u>3.176.368.230</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa	03	293.847.798	282.964.910	Obrigações Trabalhistas, Previd. Assist.	10	73.675.899	88.075.478
Créditos a Curto Prazo - Faturas	04	37.966.329	41.567.011	Salários a Pagar e Encargos Trabalhistas		65.811.012	77.842.829
Faturas/Duplicatas		37.966.329	41.567.011	Previdência Privada Complementar		7.864.887	10.232.650
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	05	67.045.328	69.975.439	Fornecedor Nacional e Contas a pagar	11	107.062.827	129.896.908
Adiantamentos Concedidos		1.632.553	1.196.461	Demais Obrigações	12	3.057.577.081	2.958.395.843
Outros Créditos a Receber		64.819.842	68.146.545			-	-
Estoques de Almoxarifado		291.976	312.361	<u>NÃO CIRCULANTE</u>		<u>113.569.043</u>	<u>109.553.826</u>
Despesas pagas antecipadamente		300.956	320.072	Obrigações a Longo Prazo	13	113.569.043	109.553.826
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		<u>2.514.935.091</u>	<u>2.699.754.377</u>	Previdência Privada e Complementar		2.226.218	1.966.635
Realizável a Longo Prazo	06	79.806.979	78.932.957	Fornecedor Nacional		1.474.495	1.480.811
Créditos de Longo Prazo - Faturas		1.108.134	1.290.980	Provisões - Riscos de Passivos Contingentes		109.868.330	106.106.381
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		78.579.741	77.525.137				
Títulos Públicos - Letras Especiais		119.104	116.840	<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	14	<u>-438.090.305</u>	<u>-191.660.319</u>
Investimentos - Participações Permanentes	07	2.188.044	2.188.044	Capital Social		8.221.851.472	8.221.851.472
Imobilizado	08	2.426.116.729	2.611.175.954	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		686.518.532	580.429.070
Bens Móveis		722.614.171	879.568.793	Reservas de reavaliação		3.236.466	3.236.466
Bens Imóveis		1.703.502.557	1.731.607.161	Prejuízos acumulados		-9.349.696.775	-8.997.177.328
Intangível	09	6.823.339	7.457.422				
TOTAL DO ATIVO		2.913.794.545	3.094.261.737	TOTAL DO PASSIVO		2.913.794.545	3.094.261.737

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO – DRE

Em 31 de março de 2026

(Em Reais)

Descrição	Notas	01/jan/2026 a 31/mar/2026	01/jan/2025 a 31/mar/2025
Receita Operacional Bruta - Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		12.358.617	9.065.244
(-) Deduções da Receita		-2.818.587	-2.462.747
RECEITA LÍQUIDA	15	<u>9.540.030</u>	<u>6.602.497</u>
(-) Custo Mercadoria Vendido / Serviços Prestados		0	0
LUCRO BRUTO		<u>9.540.030</u>	<u>6.602.497</u>
DESPESAS e RECEITAS		<u>-461.681.603</u>	<u>-289.793.580</u>
ADMINISTRATIVAS	16	<u>-240.169.555</u>	<u>-185.070.481</u>
Pessoal e Encargos Sociais		-165.506.969	-137.009.263
Material de Consumo		-2.115.602	-1.301.413
Diárias		-688.672	-478.074
Serviços de Terceiros		-60.887.390	-32.201.296
Depreciação/Amortização		-10.738.592	-13.873.313
Tributária		-232.330	-207.122
OUTRAS DESPESAS	17	<u>-221.512.048</u>	<u>-104.723.098</u>
OUTRAS RECEITAS	18	<u>29.247.719</u>	<u>23.151.122</u>
RESULTADO ANTES DAS DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS		<u>-422.893.854</u>	<u>-260.039.961</u>
Despesas Financeiras		-9.342.069	-713.915
Receitas Financeiras		5.918.027	3.452.874
RESULTADO FINANCEIRO	19	<u>-3.424.042</u>	<u>2.738.959</u>
RESULTADO ANTES DE TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS E GANHOS		<u>-426.317.896</u>	<u>-257.301.002</u>
Subvenção de Custeio		366.695.058	301.106.300
Ganhos/Perdas de Capital		-292.284.392	-256.306.790
RESULTADO TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS E GANHOS/PERDAS	20	<u>74.410.666</u>	<u>44.799.510</u>
RESULTADO ANTES DA PROVISÃO P/C.SOCIAL E IRPJ		<u>-351.907.231</u>	<u>-212.501.492</u>
LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>-351.907.231</u>	<u>-212.501.492</u>
LUCRO (PREJUÍZO) POR LOTE DE 1000 AÇÕES		<u>-8.769</u>	<u>-5.296</u>

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES – DRA

Em 31 de março de 2026

(Em Reais)

Componentes	01/jan/2026 a 31/mar/2026	01/jan/2025 a 31/mar/2025
(=) Resultado Líquido do Período	-351.907.231	-212.501.492
(+) Ajuste de Exercícios Anteriores	-612.216	2.124.809
(+) Reservas de Reavaliação	0	-42.853
Resultado Líquido Abrangente	<u>-352.519.447</u>	<u>-210.419.537</u>

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – DMPL

Em 31 de março de 2026

(Em Reais)

Componentes	Notas	Capital Social	Adiant. Para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Reavaliação	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
SALDO EM 01/jan/2025	21	7.379.373.352	842.478.121	3.407.881	-8.309.592.289	-84.332.935
Ajuste de Exercícios Anteriores					2.124.809	2.124.809
Adiantamento para aumento capital - AFAC			55.853.485			55.853.485
Aumento/Redução de Capital						0
Reserva de Reavaliação				-42.853	42.853	-0
Prejuízo Líquido do Período					-212.501.492	-212.501.492
SALDO EM 31/mar/2025		7.379.373.352	898.331.605	3.365.028	-8.519.926.119	-238.856.135
SALDO EM 01/jan/2026	21	8.221.851.472	580.429.070	3.236.466	-8.997.177.328	-191.660.319
Ajuste de Exercícios Anteriores					-612.216	-612.216
Adiantamento para aumento capital - AFAC			106.089.462			106.089.462
Aumento/Redução de Capital						0
Reserva de Reavaliação				0	0	0
Prejuízo Líquido do Período					-351.907.231	-351.907.231
SALDO EM 31/mar/2026		8.221.851.472	686.518.532	3.236.466	-9.349.696.775	-438.090.305

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – DFC

Em 31 de março de 2026

(Em Reais)

Descrição	Nota 22	01/Jan/2026 a 31/Mar/2026	01/Jan/2025 a 31/Mar/2025
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro/Prejuízo Líquido		-351.907.231	-212.501.492
Ajustes por transações sem efeito no caixa:		-3.107.241	34.414.226
Ajustes de Exercícios Anteriores		-612.216	2.124.809
Depreciação e amortização		10.738.592	13.873.313
Provisões 13º Salários, Férias e Encargos		-12.117.612	-6.840.487
Provisão de Previdência Privada Complementar longo prazo		259.583	598.691
Provisão para devedores duvidosos		-5.131.222	7.151.676
Outros débitos (Riscos Fiscais)		3.761.949	17.506.225
Fornecedores - longo prazo		-6.315	0
Aumento/diminuição das contas dos grupos do ativo e passivo circulante:		84.853.182	-85.821.969
Duplicatas a receber		4.409.657	3.881.242
Estoques Aumoxarifado		20.384	-53.908
Outros créditos curto prazo		5.527.317	-2.527.186
Outros créditos longo prazo		830.634	-5.271.306
Previdência Privada Complementar		-2.367.763	-2.273.937
Fornecedores		-22.834.082	-51.140.618
Obrigações Fiscais		-233	780
Salários e encargos sociais		85.796	-23.596.337
Outros débitos/contas a pagar - curto prazo		99.181.470	-4.840.700
Caixa líquido obtido/aplicado das/nas atividades operacionais		-270.161.290	-263.909.235
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisição/Baixa de bens do ativo imobilizado		174.954.717	16.041.684
Caixa líquido obtido/aplicado nas/das atividades de investimentos		174.954.717	16.041.684
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital - PL		106.089.462	55.853.485
Caixa líquido obtido das atividades de financiamentos		106.089.462	55.853.485
AUMENTO LÍQUIDO NO CAIXA E CAIXA EQUIVALENTES		10.882.888	-192.014.066
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		282.964.910	490.285.544
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL		293.847.798	298.271.478

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – DVA

Em 31 de março de 2026

(Em Reais)

Descrição	Nota 23	01/Jan/2026 a 31/Mar/2026	01/Jan/2025 a 31/Mar/2025
1 - RECEITAS		17.853.710	17.248.033
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		12.358.617	9.065.244
Outras receitas		363.871	1.031.114
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão/Constituição		5.131.222	7.151.676
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)		555.956.549	382.300.090
Materiais, energias, serviços de terceiros e outros		555.956.549	382.300.090
Materiais de Consumo		2.115.602	1.301.413
Energias, serviços de terceiros e outros		553.840.947	380.998.677
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)		-538.102.839	-365.052.056
4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		10.738.592	13.873.313
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)		-548.841.431	-378.925.369
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		372.613.085	304.559.174
Receitas financeiras		5.918.027	3.452.874
Subvenção Custeio		366.695.058	301.106.300
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)		-176.228.346	-74.366.195
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		-176.228.346	-74.366.195
8.1) Pessoal		146.954.509	122.152.927
Remuneração direta		128.296.516	111.036.359
Benefícios		7.735.798	4.910.471
F.G.T.S		10.922.194	6.206.097
8.2) Impostos, taxas e contribuições		18.673.570	14.957.705
Federais		18.603.503	14.872.960
Estaduais		48.937	62.954
Municipais		21.129	21.791
8.3) Remuneração de capitais de terceiros		10.050.807	1.024.666
Juros		9.342.069	713.915
Aluguéis		708.738	310.751
8.4) Remuneração de Capital Próprios		-351.907.231	-212.501.492
Lucros retidos/Prejuízo do exercício		-351.907.231	-212.501.492

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1º TRIMESTRE DE 2026

NOTA 1 – Contexto Operacional

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf – é empresa pública com capital social pertencente integralmente à União, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado e vinculada ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR.

Foi criada pela Lei nº 6.088/1974 e tem sede e foro no Distrito Federal e atuação nas bacias hidrográficas estabelecidas na sua Lei de criação. É ainda, regida pela Lei 13.303/2016 e, subsidiariamente, pela Lei 6.404/1976, por seu Estatuto Social e demais normas de direito aplicáveis. Seu prazo de duração é indeterminado.

Tem por finalidade o aproveitamento, para fins agrícolas, agropecuários e agroindustriais, dos recursos de água e solo das bacias hidrográficas que compõem sua área de atuação. Também visa a promoção do desenvolvimento integrado de áreas prioritárias e a implantação de distritos agroindustriais e agropecuários. Desta forma, cumpre sua função social que é o desenvolvimento das bacias hidrográficas de forma integrada e sustentável e contribui para a redução das desigualdades regionais.

A União como única acionista, por meio do Orçamento Geral da União (OGU), realiza aportes de recursos para o pagamento de despesas de custeio e investimentos da Empresa. As atividades são custeadas com recursos oriundos do Tesouro Nacional e são alocados anualmente em conformidade com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e integralmente executados dentro dos sistemas estruturantes do orçamento Federal, dessa forma, apesar do prejuízo acumulado, não há risco de continuidade operacional.

NOTA 2 – Apresentação das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis

- a) As demonstrações financeiras evidenciam as informações relevantes e tempestivas ocorridas no período e são apresentadas em comparação com o período anterior, de forma acumulada e, estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade;
- b) As demonstrações financeiras foram elaboradas com observância às disposições da Lei 6.404/76 e dos Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e estão apresentadas com valores expressos em reais, exceto quando indicado de maneira diversa. A autorização para emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria Executiva em reunião realizada em 10 de junho de 2026;
- c) Caixa e Equivalentes de Caixa referem-se a Recursos da Conta Única Aplicados, Bancos, Fundo de Aplicação Extramercado e Limite de Saque da Conta Única;
- d) Transações envolvendo certos ativos e passivos referentes a perdas relacionadas às contas a receber e provisões com riscos tributários, cíveis e trabalhistas, são quantificadas por meio de estimativas, as quais refletem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação;

- e) As aplicações de curto prazo estão registradas pelo valor original e são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício. Todos os recursos aplicados são prontamente conversíveis em moeda;
- f) Os estoques de almoxarifado estão registrados pelo custo de aquisição;
- g) A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos (bens patrimoniais destinados a fins administrativos), sendo esses seguros reconhecidos na despesa pelo seu período de cobertura;
- h) O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, deduzida a respectiva depreciação, sendo a depreciação calculada pelo método linear, mediante aplicação de taxas estabelecidas pelo Decreto nº 9.580/2018 e Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.700/2017;
- i) O ativo intangível composto por direito de uso e programas de software é demonstrado pelo custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear, à taxa de 20% ao ano;
- j) As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência. As receitas, em resumo, decorrem dos títulos a receber da tarifa d'água K1 (que tem como base o que estabelece o inciso III do art. 28 da Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013, além dos critérios de cálculos para a cobrança de arrecadação de tarifa d'água K1 pelo grupo de trabalho constituído pela Codevasf, em atendimento à Portaria do Ministério do Desenvolvimento Regional nº 2.005/2020 e Resolução da Codevasf nº 1866/2025 além dos valores a receber das unidades parcelares de Projetos Públicos de Irrigação referentes a uso ou aquisição de terras (Titulação de Terras).
- k) As perdas estimadas de valores a receber são calculadas considerando a Tarifa D'água K1, a Titulação de Terras e as Multas Contratuais. A metodologia está de acordo com o CPC 48 e demais normas relacionadas e considera a idade dos títulos (créditos vencidos há dois anos ou mais) e os valores totais de inadimplência constantes dos relatórios de créditos a receber de tarifa d'água e de titulação. A mesma metodologia foi utilizada na constituição da provisão sobre os valores decorrentes de Multas Contratuais/Outros Títulos a receber.
- l) A Codevasf contratou empresa de consultoria especializada na prestação de serviço de avaliação atuarial com emissão de relatórios quanto à aderência dos cálculos atuariais, a gestão dos investimentos, a solvência, liquidez e o equilíbrio econômico, financeiro e atuarial dos planos, ao gerenciamento dos riscos, e à efetividade dos controles internos apresentados pela Fundação São Francisco de Seguridade Social - FSFSS; a avaliação da exposição a risco, inclusive o da sinistralidade e o atuarial relativa a gestão da Caixa de Assistência à Saúde do Empregados da Codevasf - CASEC sobre os planos de benefícios de assistência à saúde; avaliação da economicidade da manutenção do patrocínio dos planos de benefícios administrados pela Fundação São Francisco de Seguridade Social e avaliação atuarial sobre os planos de benefícios patrocinados pela Codevasf relativos aos benefícios pós-emprego concedidos e a conceder aos seus empregados ativos, ex-empregados, pensionistas e dependentes.
- m) Tendo em vista que a empresa é estatal dependente do Tesouro Nacional e, em cumprimento ao que determina o item 9.4 do Acórdão TCU nº 2016/2006, alterado pelo Acórdão TCU nº 23/2008, e

considerando que a empresa tem a sua contabilidade executada no Siafi, ressalta-se que não há divergência entre os valores dos Balanços Patrimoniais levantados sob os regimes das contabilidades pública e societária.

BALANÇO PATRIMONIAL

NOTA 3 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Numerários disponíveis ou aplicações financeiras de curto prazo, com alta liquidez, que podem ser convertidas em dinheiro no curto prazo.

Tabela 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	31-mar-26	31-dez-25
CTU - Recursos Da Conta Única Aplicados	169.073.930	167.553.229
Demais Bancos	0	1
Fundo de Aplicação Financeira	13.937.862	15.488.115
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – O.F.S.S.	110.836.006	99.923.565
Total	293.847.798	282.964.910

a) CTU – Recursos da Conta Única Aplicados: são os recursos próprios arrecadados, aplicados por meio do sistema Siafi. A Secretaria do Tesouro Nacional – STN se encarrega da metodologia de aplicação.

b) Demais Bancos trata de saldo do Banco Bradesco que se destina à custódia de valores relativos à aquisição de energia elétrica para o Projeto de Integração do São Francisco – PISF.

c) Fundo de Aplicação Financeira apresenta saldo das contas do Banco do Brasil e do Banco Bradesco, ambas pertencentes ao PISF, por força da exigência de legislação específica para atuação no mercado livre de aquisição de energia elétrica.

A Codevasf foi designada como operadora oficial do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF, a partir de 14 de março de 2014, pelo Decreto nº 8.207/2014. A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) autorizou – excepcionalmente – abertura de conta corrente no Banco Bradesco considerando a necessidade de adesão ao mercado livre de aquisição de energia elétrica. Além disso, a Codevasf mantém ainda a conta bancária de investimento junto ao Banco do Brasil.

Tabela 1.1 - Fundo de Aplicação Financeira – PISF

Descrição	31-mar-26	31-dez-25
Banco Bradesco	12.934.969	14.485.222
Banco do Brasil	1.463.826	1.429.846
Diferença controlada por conciliação bancária Banco do Brasil	(460.933)	(426.953)
Total	13.937.862	15.488.115

d) Limite de Saque com Vinculação de Pagamento: é a conta através da qual a STN/COFIN - Coordenação Geral de Programação Financeira, por meio do Ministério superior, repassa os recursos à Codevasf para pagamento das despesas.

NOTA 4 – Crédito a Curto Prazo: Faturas

Registra os créditos da Codevasf junto aos usuários dos perímetros irrigados, implantados no Vale do São Francisco e Parnaíba, decorrentes da cobrança de Tarifa D'água K-1.

Tabela 2 – Crédito a Curto Prazo: Faturas

Descrição	31-mar-26	31-dez-25
Faturas/Duplicatas a receber	70.482.481	74.892.138
Ajuste Perdas de Créd. Liquidação Duvidosa	(32.516.153)	(33.325.127)
Total	37.966.329	41.567.011

O detalhamento da movimentação ocorrido até o 1º trimestre está descrito na tabela 2.1.

Tabela 2.1 – Movimentação Crédito a Curto Prazo

Descrição	31-mar-26
Saldo inicial	74.892.138
(+) Faturamento Tarifa D' Água	3.811.814
(+) Reclassificação Longo Prazo para Curto Prazo	204.946
(-) Recebimentos	-8.426.417
(=) Saldo Final	70.482.481

NOTA 5 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Essas contas englobam Adiantamentos a Empregados, Depósitos Restituíveis, Outros Créditos a Receber, Almoxarifado e Despesas Antecipadas, além de Perdas Estimadas para Titulação de Terras e Créditos a receber decorrentes de Infrações Legais e Multas Contratuais.

As tabelas 03 a 06 apresentam a composição de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, totalizando R\$ 67.045.328 (sessenta e sete milhões, quarenta e cinco mil, trezentos e vinte e oito reais). O saldo de Titulação de Terras compõe a rubrica Títulos a Receber.

5.1 Adiantamentos Concedidos

Compreende as antecipações concedidas a pessoal a título de décimo terceiro salário, suprimimento de fundos e antecipação de férias.

Tabela 3 – Adiantamentos Concedidos

Descrição	31-mar-26	31-dez-25
Salários e Ordenados - Pagamentos Antecipado	1.475.564	1.196.461
Décimo Terceiro - Adiantamentos	57.017	0
Adiantamento Concedido	99.972	0
Total	1.632.553	1.196.461

a) Salários e ordenados antecipados referem-se ao valor de uma remuneração, sendo esse valor descontado em até 08 (oito) parcelas (para empregados contratados na vigência da Resolução nº 09/1996, do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST).

b) Adiantamento Concedido trata de valores disponibilizados aos detentores do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF (suprimimento de fundos).

5.2 Outros Créditos a Receber

Tabela 4 – Outros Créditos a Receber

Descrição	31-mar-26	31-dez-25
Cred a rec por permissao de Uso de Bens Publicos	89.814	91.635
Valores a Receber por Devolução Despesas Estornadas	564.976	455.258
Créditos a Receber Decorrente de Infrações Legais e Contratuais	54.501.362	53.575.238

Créditos a Receber por Reembolso de Salário Maternidade	81.542	142.741
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	559.521	470.527
Títulos a Receber - Titulação de Terras	56.954.288	59.437.762
Títulos a Receber - Outros Valores a Receber	5.964.648	8.160.853
Ajuste para Perdas sobre Créditos Apurados	(66.389.552)	(69.007.142)
Devedores por Transferências Voluntárias	6.481.565	6.256.593
Termo Execução Descentralizada (concedidos)	5.530.335	8.080.335
Remuneração da Conta Única a Receber	481.343	482.745
Total	64.819.842	68.146.545

a) Títulos a receber: compreendem os valores a receber das unidades parcelares de Projetos Públicos de Irrigação, referentes a uso ou aquisição de terras (Titulação de Terras) além de outros valores administrativos.

b) Créditos a receber decorrente de Infrações Legais e Contratuais: rubrica destinada aos registros de aplicação de multas contratuais. Após a inscrição no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN, as unidades de cobranças regionais e da Sede encaminham os processos para a Assessoria Jurídica, que elabora um parecer sobre a viabilidade de dar início a uma ação de cobrança judicial com posterior autorização da Diretoria Executiva.

c) Ajustes para perdas sobre créditos apurados: o cálculo contempla os títulos em atraso vencidos a mais de 02 (dois) anos dos itens “a” e “b”, levando-se em conta o fluxo de recebimento definido em Nota Técnica elaborada pela Gerência de Finanças (Nota 2-k).

Tabela 4.1 – Ajustes para Perdas de Créditos Curto Prazo

Descrição	31-mar-26	31-dez-25
Titulação	34.837.368	35.627.929
Multas contratuais e Outros Créditos a Receber	31.552.184	33.379.214
Total	66.389.552	69.007.142

Conforme relatório encaminhado pela Gerência de Finanças, dos valores provisionados como infrações legais e contratuais e outros créditos a receber no total de R\$ 30,5 milhões, o montante de R\$ 26,8 milhões está judicializado e representa 87% do valor provisionado com data base de março/2024.

5.3 Estoques de Almoxarifado:

Tabela 5 – Almoxarifado

Descrição	31-mar-26	31-dez-25
Materiais de Consumo	291.976	312.361
Total	291.976	312.361

5.4 Despesas Pagas Antecipadamente

Despesas antecipadas referentes a seguros, assinaturas de periódicos e tributos pagos a apropriar, contabilizadas em observância ao regime de competência.

Tabela 6 – Despesas Pagas Antecipadamente

Descrição	31-mar-26	31-dez-25
Assinaturas e anuidades a apropriar	94.080	19.201
Prêmios de seguros a apropriar	206.876	300.871
Total	300.956	320.072

NOTA 6 – Realizável a Longo Prazo

São classificáveis no Realizável a Longo Prazo contas da mesma natureza das contas do Ativo Circulante, porém sua realização é certa ou provável após o término do exercício seguinte.

6.1 Faturas / Duplicatas

Representam os créditos realizáveis a longo prazo da Codevasf junto aos usuários dos perímetros irrigados, implantados no vale do São Francisco, decorrentes da cobrança de Tarifa D'água K1.

Tabela 7 – Faturas/Duplicatas

Descrição	31-mar-26	31-dez-25
Cientes	1.108.134	1.290.980
Total	1.108.134	1.290.980

6.2 Demais Créditos e Valores a Longo Prazo:

Tabela 8 – Demais Créditos e Valores

Descrição	31-mar-26	31-dez-25
Crédito por Dano ao Patrimônio - Decisão TCU	35.262.711	36.967.367
Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores	(35.262.711)	(36.967.367)
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	5.653.116	5.955.261
Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo	72.926.625	71.569.877
Total	78.579.741	77.525.137

a) Créditos por Danos ao Patrimônio: os decorrentes de apuração administrativa e os apurados por meio de Tomada de Contas Especial – TCE, que neste caso devem ser registrados somente após decisão de condenação definitiva pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

b) Depósitos Restituíveis e Vinculados: são depósitos efetuados na justiça cível e na trabalhista. Para a justiça do trabalho inclui, ainda, os depósitos para interposição de recursos. Os valores são corrigidos pelo IPCA-E, conforme índice definido pela Assessoria Jurídica da Codevasf.

Tabela 8.1 – Atualização Financeira dos Depósitos Judiciais

Descrição	31-dez-25	Adições	Baixas	31-mar-26
Depósitos Judiciais	734.970	156.274	-231.921	659.324

c) Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo: se referem a títulos a receber das unidades parcelares de Projetos Públicos de Irrigação, denominados Titulação de Terras, e demais títulos administrativos.

Tabela 8.2 – Movimentação Outros Créditos e Valores a Longo Prazo

Descrição	31-mar-26
Saldo inicial	71.569.877
(+) Faturamento/Cobrança – Titulação	4.940.503
(-) Recebimentos	-3.980.675
(+/-) Atualização Monetária	396.920
(=) Líquido	72.926.625

6.3 Investimentos e Aplicações: Letras Especiais

Representa o valor total das ações da Eletrobrás e Tractebel vendidas, que foram convertidas em NTN's através das Portarias - STN nº 59 e 63 de 1998, em cumprimento ao Programa Nacional de Desestatização – PND, instituído pelo Decreto nº 10.687, de 02/03/1994.

Tabela 9 – Títulos Públicos – Letras Especiais

Vencimento	31-mar-26	31-dez-25
2030	119.104	116.840
Total	119.104	116.840

NOTA 7 – Investimentos: Participações Permanentes

A participação da Codevasf no capital de outras entidades é avaliada pelo Método de Custo, que consiste em reconhecer o investimento pelo valor original da transação e por não apresentar influência significativa. Frisa-se que esses investimentos, pelo método de avaliação utilizado, não influenciarão nos resultados da Companhia ao final do exercício.

Tabela 10 – Entidades Investidas

Entidade Investida	Custo Original
Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA	156.487
Cooperativa Agrícola M do Projeto de Irrigação de Bebedouro I	180.093
Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL	281.938
Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe	104.444
Companhia de Saneamento de Sergipe	215.675
Empresa Baiana de Águas e Saneamento - EMBASA	113.416
Agroindústrias do Vale do São Francisco	977.962
Cooperativa Agropecuária Mista Regional de Irecê	158.029
Total	2.188.044

NOTA 8 – Imobilizado

O Imobilizado é composto por bens móveis e imóveis. Após o reconhecimento, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão. A depreciação é calculada pelo método linear, mediante aplicação de taxas que levam em conta o tempo da vida útil dos ativos.

Tabela 11 – Imobilizado

Imobilizado	31-dez-25	Adições	Baixas	31-mar-26	AH%
Bens Móveis a Alienar	744.977.600	197.620.992	-331.688.583	610.910.009	-18,00
Total de Bens Móveis a Alienar (1)	744.977.600	197.620.992	-331.688.583	610.910.009	-18,00
Bens Móveis	403.316.368	2.358.999	-32.644.495	373.030.872	-7,51
Total de Bens Móveis (2)	403.316.368	2.358.999	-32.644.495	373.030.872	-7,51
Bens Imóveis	310.340.505	19.016.254	-12.674.205	316.682.554	2,04
<i>Obras em Andamentos</i>	<i>1.438.191.548</i>	<i>119.122.399</i>	<i>-149.519.867</i>	<i>1.407.794.081</i>	<i>-2,11</i>
<i>Estudos e Projetos</i>	<i>21.833.225</i>	<i>556.595</i>	<i>-2.904.129</i>	<i>19.485.690</i>	<i>-10,75</i>
<i>Instalações</i>	<i>12.160.629</i>	<i>59.240</i>	<i>-59.240</i>	<i>12.160.629</i>	<i>0,00</i>
Total de Bens Imóveis (3)	1.782.525.907	138.754.487	-165.157.441	1.756.122.953	-1,48
Depreciação Bens Móveis	-268.725.176	-9.624.444	17.022.910	-261.326.710	-2,75
Depreciação Imóveis	-50.918.746	-2.108.727	407.077	-52.620.396	3,34
Total Depreciação (4)	-319.643.922	-11.733.171	17.429.987	-313.947.106	-1,78
Total Imobilizado (5) = 1+2+3+4	2.611.175.954	327.001.307	-512.060.532	2.426.116.729	-7,09

NOTA 8.1 – Bens Móveis a Alienar

A Codevasf realizou a separação dos ativos destinados à doação no âmbito das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional, incluindo-os na conta de 'Bens Móveis a Alienar', no fim do exercício de 2023. Desde então, bens adquiridos para doação são patrimonizados e contabilizados na referida conta.

NOTA 8.2 – Bens Imóveis em Andamento

Em relação às contas de Bens Imóveis em Andamento e Instalações – Obras em Andamento, Estudos e Projetos e Instalações, a conciliação mensal se dá por procedimentos tais como: baixa após conclusão de obra; reclassificação de bens concluídos pertencentes à Codevasf; baixa de despesas de custeio contabilizadas como imobilizado em razão do roteiro pré-definido de registro do Siafi; regularização dos registros e saldos, por parte das unidades contábeis.

NOTA 8.3 – Registro contábil e relatório de controle patrimonial

Tabela 12 – Registro contábil x relatório de controle patrimonial em 31-mar-26

Item	Descrição	UG	Observação	SIAMP	SIAFI	Divergência
1	Bens móveis a alienar – doação	SEDE/ 9ª/ 10ª / 11ª/ 12ª	Inconsistência de sistema	290.509.165	291.744.955	-1.235.780
2	Veículo tração mecânica	14ª SR	Inconsistência de sistema	6.688.029	5.751.173	926.856
3	Represas e Açudes	4ª SR	Diferença de valor regularizada	71.532.097	69.596.457	1.935.640
TOTAL						1.626.707

A respeito das divergências listadas acima, os valores pendentes foram reportados a unidade de patrimônio para providências de regularização.

NOTA 9 – Intangível

São mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de Amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida).

Tabela 13 – Intangível

Descrição	31-dez-25	Adições	Baixas	31-mar-26
Software	16.750.678	84.635	-84.635	16.750.678
Software em Fase de Desenvolvimento	989.868	0	0	989.868
Amortização Acumulada	-10.283.124	-691.564	57.480	-10.917.207
Total	7.457.422	-606.929	-27.154	6.823.338

NOTA 10 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais

Salários a pagar: folha de pessoal e os respectivos benefícios, que apresentam saldo, conforme tabelas 14 e 15, a seguir:

Tabela 14 – Salários a pagar e Encargos Trabalhistas

Descrição	31-mar-26	31-dez-25
Salários, Remunerações e Benefícios	27.345.459	27.259.664
Entidade de Previdência	7.864.887	10.232.650
Férias a pagar	28.895.229	32.148.541
FGTS	2.498.111	4.810.821
INSS	7.072.213	13.623.803
Total Obrigações Trabalhistas	73.675.899	88.075.478

a) INSS e FGTS: os saldos referem-se a provisão dos encargos sobre férias, além do valor mensal apropriado para recolhimento no vencimento que se dá no mês subsequente.

Tabela 15 – Entidade de Previdência

Descrição	31-mar-26	31-dez-25
Entidade de Previdência Complementar	7.068.596	9.445.523
Contribuição a Entidades de Previdência Privada	796.291	787.127
Total	7.864.887	10.232.650

b) Entidade de Previdência Complementar: Se refere ao valor provisionado para pagamento do saldamento do Plano Benefícios Definidos BD I, junto à Fundação São Francisco de Seguridade Social - F.S.F.S.S. O saldo do curto prazo está registrado a valor presente.

NOTA 11 - Fornecedores e Contas a Pagar

Tabela 16 – Fornecedores a Pagar

Descrição	31-mar-26	31-dez-25
Fornecedores a pagar	107.062.827	129.896.908
Total	107.062.827	129.896.908

Tabela 16.1 – Fornecedores agrupados por valor

Seq.	Descrição	31-mar-26
1	Xcmg Brasil Industria Ltda	14.389.657
2	Companhia Hidro Elétrica Do São Francisco	7.247.460
3	Comazi Tratores E Maquinas Ltda	6.379.382
4	Construtora Gonçalo Ltda	5.897.303
5	Cbmaq Companhia Brasileira De Maquinas Ltda	4.380.600
6	Concreta Engenharia Ltda	4.026.836
7	Yanmar South América Industria De Maquinas Ltda	3.644.636
8	Construtora Costa R Ltda	3.409.183
9	C P M Construtora Ltda	3.300.466
10	Nmq Comercio De Maquinas E Equipamentos Ltda	3.250.915
11	Agromaquinas Empreendimentos Agrícolas Ltda	3.248.878
12	Kohler Implementos Agrícolas Ltda	3.125.686
13	Fortlev Industria E Comercio De Plásticos Ltda	2.695.545
14	Fornecedores a pagar: valores entre R\$ 1.000.000 e R\$ 2.000.000	13.502.746
15	Fornecedores a pagar: valores até R\$ 1.000.000	28.563.534
Total		107.062.827

NOTA 12 – Demais Obrigações

As tabelas 17 e 18 apresentam a composição de Demais Obrigações, totalizando R\$ 3.057.577.081 (três bilhões, cinquenta e sete milhões, quinhentos e setenta e sete mil, oitenta e um reais).

Tabela 17 – Outras Obrigações a Curto Prazo

Descrição	31-mar-26	31-dez-25
Transferências Discricionárias a Pagar	47.779.718	43.194.121
Diárias a pagar	93.354	137.173
Incentivos a Educação, Cultura e outros	0	33.050
Cartão de Pagamento do Governo Federal	84.652	525
Indenizações, Restituições, Compensações e Devoluções	1.797.387	4.403.738
Transferências Financeiras a Comprovar - TED (recebidos)	2.966.647.916	2.863.741.161
Taxas	408	641
Total	3.016.403.434	2.911.510.408

a) Transferências Discricionárias a Pagar – Registra as transferências voluntárias (Convênios e Instrumentos congêneres). É composta de recursos a repassar a estados, municípios e entidades privadas sem fins lucrativos.

b) Transferências Financeiras a Comprovar – Termos de Execução Descentralizada (TED): São transferências de recursos entre órgãos pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS, para execução de ações de interesse do órgão descentralizador. Nesta situação, a Codevasf figura como órgão receptor/beneficiário dos recursos de TED. Esse passivo não é um instrumento de dívida, pois se refere a obrigação de prestar contas ao órgão descentralizador.

No fim do 1º trimestre de 2026, restavam cerca de R\$ 690 milhões de reais em prestação de contas enviadas aos órgãos concedentes aguardando análise e a respectiva baixa.

Valores Restituíveis: Compreendem valores de terceiros ou retenções em nome deles.

Tabela 18 – Valores Restituíveis

Descrição	31-mar-26	31-dez-25
Retenção Previdenciária - FRGPS	2.845.031	4.554.918
IRRF Devido ao Tesouro Nacional	15.165.612	14.198.716
Impostos e Contribuições Diversas Devidos ao Tesouro	13.932.367	19.082.999
ISS	1.268.579	1.571.391
Pensão Alimentícia	247.534	279.281
Previdência e Assistência Médica	2.521	122.145
Retenções	6.307.710	6.225.452
Outros Consignatários	1.156.642	609.736
Depósitos e Cauções Recebidos	86.484	86.484
Depósitos a Efetuar por Determinação Judicial	161.167	154.314
Total	41.173.647	46.885.435

a) Retenções - Consignações: são valores retidos da folha de pessoal, referentes a empréstimos consignados junto à Fundação São Francisco de Seguridade Social, ao Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e demais Bancos.

b) Impostos e Contribuições Diversas Devidos ao Tesouro: valores liquidados que serão recolhidos no mês subsequente ao pagamento ao fornecedor, conforme vencimento de acordo com fato gerador.

c) Retenção Previdenciária – FRGPS: retenção do encargo previdenciário – INSS. Os valores em aberto tratam da retenção do encargo sobre notas fiscais de prestadores de serviços.

NOTA 13 – Obrigações a Longo Prazo

Registra as obrigações da companhia cujas liquidações deverão ocorrer após o término do exercício seguinte.

13.1 Previdência Privada e Complementar

Compreende a obrigação da empresa relativo ao registro do saldamento do plano Benefícios Definidos – BD I, conforme contrato 0.041.00/2018 com a Fundação São Francisco de Seguridade Social. O saldamento será pago em 108 parcelas mensais, atualizadas pela aplicação da variação do INPC, das quais já foram pagas 96 parcelas.

13.2 Fornecedor Nacional

De acordo com o CPC 26 (R1), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, bem como das orientações do CPC 00 (R2) referente a Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, quando há

incerteza na data do pagamento (liquidação em até 12 meses da data do balanço), os valores deverão ser reclassificados para o passivo não circulante.

Dessa forma, valores liquidados que estão sendo discutidos judicialmente foram reclassificados para o Longo Prazo, tendo em vista a impossibilidade de baixá-los considerando que tal medida ensejaria a extinção do recurso orçamentário comprometido para pagamento.

13.3 Provisões – Riscos de Passivos Contingentes

Os registros das provisões para contingência passiva: Tributária, Trabalhista e Cível, foram realizados conforme Relatório de Anexos de Riscos Fiscais da Assessoria Jurídica da Codevasf. Os riscos, cuja materialização seja de provável realização, são reconhecidos contabilmente. Os riscos possíveis são apenas divulgados em Notas Explicativas.

Os valores registrados estão de acordo com o disposto no Pronunciamento Contábil – CPC 25 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) considerando a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente.

Os valores são corrigidos pelo IPCA-E, conforme índice definido pela Assessoria Jurídica da Codevasf.

Tabela 19 – Riscos Fiscais Prováveis e Atualizações Financeiras

Provisões - Riscos Fiscais Prováveis				
Descrição	31-dez-25	Adições	Baixas	31-mar-26
Trabalhista	32.211.544	0	12.963.548	19.247.996
Cíveis	43.292.698	18.406.958		61.699.656
Tributárias	133.168	0		133.168
Total Riscos Prováveis	75.637.410	18.406.958	12.963.548	81.080.820
Atualizações Financeiras - Riscos Fiscais Prováveis				
Descrição	31-dez-25	Adições	Baixas	31-mar-26
Trabalhista	2.753.547	0	515.124	2.238.423
Cíveis	27.580.043	0	1.168.033	26.412.010
Tributárias	135.381	1.696	0	137.077
Total Riscos Prováveis	30.468.971	1.696	1.683.157	28.787.510
Riscos Prováveis Atualizados	106.106.381	18.408.654	14.646.705	109.868.330
Riscos Fiscais Possíveis				
Descrição	31-dez-25	Adições	Baixas	31-mar-26
Trabalhista	14.965.021	32.757.802	0	47.722.823
Cíveis	243.751.727	0	67.684.477	176.067.250
Tributárias	7.634.295	13.137.182	0	20.771.477
Total Riscos Possíveis	266.351.043	45.894.984	67.684.477	244.561.550

NOTA 14 – Patrimônio Líquido

14.1 Capital Social: o capital social da Codevasf, pertencente integralmente à União, é de R\$ 8.221.851.472 (Oito bilhões, duzentos e vinte e um milhões, oitocentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e setenta e dois reais), representados por 40.128.672 (quarenta milhões, cento e vinte e oito mil e seiscentas e setenta e duas) ações nominativas, sem valor nominal¹.

¹Não há menção do valor expresso em dinheiro, como ocorre com as ações de valor nominal. O preço dessa ação será fixado na constituição da sociedade, ou no aumento de capital social.

14.2 Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC

No 1º trimestre de 2026 foi repassado à Codevasf, a título de AFAC, o valor de R\$ 106.089.462 (cento e seis milhões, oitenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e dois reais). O valor acumulado de R\$ 580.429.070 é proveniente do exercício de 2025 e foi aprovada a sua integralização ao capital na assembleia da PGFN realizada em abril/2026.

14.3 Reservas

O valor referente a realização da Reserva de Reavaliação no valor de R\$ 42.853 (quarenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e três reais, em conformidade com o artigo 6º da Lei 11.638/2007, foi contabilizado em 01/04/2026. Dessa forma, no 1º tri 2026, o valor da reserva foi o mesmo do encerramento do exercício de 2025, R\$ 3.236.466 (Três milhões, duzentos e trinta e seis mil, quatrocentos e sessenta e seis reais).

“Art. 6º - Os saldos existentes nas reservas de reavaliação deverão ser mantidos até a sua efetiva realização ou estornados até o final do exercício social em que esta Lei entrar em vigor”.

14.4 Prejuízos Acumulados

Tabela 21 – Prejuízos Acumulados

Prejuízo Acumulado até 2025	8.997.177.328
(-) Prejuízo do período	351.907.231
(-) Ajuste de Exercício Anteriores	-612.216
(-) Reversão de Reavaliação	0
Prejuízos Acumulados 31-mar-26	9.349.696.775

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

NOTA 15 – Receita Líquida

Representa o resultado das atividades decorrentes de Titulação de Terras, Tarifa d'Água, Lotes Urbanos e Outros Títulos a Receber. O faturamento apresentado em 2025 refere-se aos registros de faturamento/cobrança dos diversos perímetros sobre Tarifa D'água K1 e Titulação de Terras.

NOTA 16 – Despesas Administrativas

Correspondem às despesas incorridas no período, destinadas à manutenção das atividades operacionais da Codevasf. Em relação ao período anterior, observa-se um aumento de 29,77%.

Tabela 22 – Despesas Administrativas

Descrição	01-jan-26 a 31-mar-26	01-jan-25 a 31-mar-25
Pessoal e Encargos Sociais	165.506.969	137.009.263
Material de Consumo	2.115.602	1.301.413
Diárias	688.672	478.074
Serviços de Terceiros	60.887.390	32.201.296
Depreciação/Amortização	10.738.592	13.873.313
Tributária	232.330	207.122
Total Despesas Administrativas	240.169.555	185.070.481

NOTA 17 – Outras Despesas

Representam as transações que não constituem atividades principais da empresa, conforme segue:

Tabela 23 – Grupo de Outras Despesas

Descrição	01-jan-26 a 31-mar-26	01-jan-25 a 31-mar-25
Sentenças Judiciais	0	118.405
Transferências Voluntárias (convênios e termos de compromisso)	51.369.799	15.580.068
Ajuste para Perdas	240.092	6.326.456
Incorporação de Passivos	0	2.119
Desincorporação de Ativos	152.479.441	64.788.112
Incentivos à Cultura (vale cultura)	64.850	96.250
VPD - Provisões de Riscos Trabalhistas	0	11.079.559
VPD - Provisões de Riscos Fiscais	1.696	0
VPD - Provisões de Riscos Cíveis	17.238.925	6.717.373
Multas Administrativas	2.450	0
Restituições	114.796	14.755
Total	221.512.048	104.723.098

a) Transferências Voluntárias: o aumento se deve ao repasse de recursos aos Convenientes e Compromitentes, relativos a Convênios e Termos de Compromissos firmados.

b) Desincorporação de Ativos: decorre, principalmente, da conciliação mensal das contas Bens Imóveis em Andamento, em razão da regularização das despesas empenhadas com natureza de investimento (por conta de restrição orçamentária) e que são despesas de custeio e são, portanto, baixadas no decorrer do exercício, além da reclassificação e regularização de saldos de contratos encerrados anteriormente.

NOTA 18 – Outras Receitas

Representam as Variações Patrimoniais Aumentativas realizadas que não estão ligadas diretamente às atividades da empresa.

Tabela 24 – Grupo de Outras Receitas

Descrição	01-jan-26 a 31-mar-26	01-jan-25 a 31-mar-25
Outros Ganhos com Incorporação de Ativo	1.720	329.742
Ganhos Com Desincorporação de Passivo e outros	10.396.014	22.530.672
Reversão de Provisões	13.478.671	290.708
Reversão Ajuste para Perdas	5.371.314	0
Total	29.247.719	23.151.122

a) Ganhos com Desincorporação de Passivo: a redução do valor em comparação ao período anterior se deve a diminuição de análise das prestações de contas dos TED's recebidos – apresentados pela Codevasf – junto aos órgãos repassadores dos recursos.

b) Reversão de Provisões: decorre das variações das provisões para contingência passiva: Tributária, Trabalhista e Cível realizados conforme Relatório de Anexos de Riscos Fiscais da Assessoria Jurídica da Codevasf (Nota 13.3).

NOTA 19 – Despesas / Receitas Financeiras

19.1 Despesas Financeiras

Representam as despesas referentes a juros, multas, descontos financeiros concedidos e atualizações prefixadas.

Tabela 25 – Grupo de Despesas Financeiras

Descrição	01-jan-26 a 31-mar-26	01-jan-25 a 31-mar-25
Atualização Monetária - Demais passivos	259.583	598.691
Atualização Monetária - Demais ativos	113.517	103.331
Outras Despesas Financeiras	8.968.969	11.893
Total	9.342.069	713.915

a) Atualização Monetária – Demais Passivos: registra a atualização monetária sobre o parcelamento do saldamento do Plano de Benefícios I (BD I), firmado entre a Codevasf e a Fundação São Francisco de Seguridade Social.

b) Atualização Monetária – Demais Ativos: registra a atualização monetária sobre os depósitos judiciais (Nota 6.2 b).

19.2 Receitas Financeiras

Representam as Variações Patrimoniais Aumentativas oriundas de rendimentos aplicados na CTU (Conta Única do Tesouro), juros, multas, descontos financeiros recebidos e atualizações monetárias.

Tabela 26 – Grupo de Receitas Financeiras

Descrição	01-jan-26 a 31-mar-26	01-jan-25 a 31-mar-25
Remuneração de Aplicação Financeira - CTU	4.985.139	2.991.605
Outras Receitas Financeiras	932.889	461.269
Total	5.918.027	3.452.874

NOTA 20 – Transferências Financeiras e Ganhos/Perdas

20.1 Subvenções de Custeio

Registra o recebimento decorrente de transferências de recursos do Tesouro Nacional para a Codevasf, visando a cobertura de gastos com pessoal e custeio em geral.

20.2 Ganhos/Perdas de Capital

Representam os valores referentes às despesas decorrentes da alienação/doação de bens.

A tabela abaixo apresenta o valor segregado por tipo de bem. A doação destes bens contempla o propósito da Codevasf, através da realização de políticas públicas em desenvolvimento regional, de promover o desenvolvimento sustentável e de reduzir as migrações, atuando para fortalecer a capacidade produtiva local. Esses equipamentos e máquinas são destinados ao desenvolvimento das atividades produtivas, incluindo veículos que contribuem para o escoamento da produção e transporte de trabalhadores.

Conforme explanado na Nota 8.1, os bens adquiridos destinados à doação passaram a ser registrados em conta específica – bens móveis a alienar – visando maior transparência.

Tabela 27 – Relação de Alienação/Doação de Bens

Descrição	31-mar-26	AV
Maquinas, Equipamentos e Utensílios Agrícolas/Agropecuário e Rodoviário	189.470.139	64,82%
Veículos de Tração Mecânica	73.875.907	25,28%

Outros	28.938.346	9,90%
Total	292.284.392	100,00%

NOTA 21 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL

Demonstra a evolução do patrimônio líquido da entidade, por meio de suas mutações.

NOTA 22 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC, instituída pela Lei nº 11.638/2007, foi elaborada de acordo com o Pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 03/2008. A Codevasf utiliza o método indireto.

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais: são basicamente derivados das principais atividades da Codevasf, com destaque para:

a) Depreciação e amortização: a redução da variação entre os períodos se dá principalmente pela segregação dos bens móveis adquiridos com a finalidade de doação, considerando que estes não sofrem depreciação (Nota 8.1).

b) Outros Débitos (Riscos Fiscais): por se tratar de provisões, não afeta diretamente o Caixa da Empresa.

NOTA 23 – Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado – DVA, instituída pela Lei nº 11.638/07 para as companhias de capital aberto, foi elaborada de acordo com o Pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 09/2008.

NOTA 24 - Transações com Partes Relacionadas

A Codevasf possui uma Política de Transações com Partes Relacionadas, aprovada por deliberação do Conselho de Administração, cujo objetivo é assegurar que as decisões da Administração da Companhia sejam tomadas com diligência, de forma adequada e em conformidade com os princípios de governança corporativa.

24.1 – Programa de Assistência à Saúde: Codevasf - Saúde

A Codevasf oferece aos seus empregados e dependentes o Programa de Assistência à Saúde, voltado para o atendimento das despesas assistenciais de natureza médica, odontológica e hospitalar, com regras definidas na Resolução nº 701, 14 de dezembro de 1999.

O Programa objetiva proporcionar, aos empregados da Companhia e seus dependentes, assistência à medicina preventiva e de recuperação da saúde. No 1º trim/2026, a Codevasf repassou ao programa Codevasf-Saúde o total de R\$ 7.669.842 (sete milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, oitocentos e quarenta e dois reais). Em contrapartida, o valor recebido dos empregados foi de R\$ 7.430.354 (sete milhões, quatrocentos e trinta mil, trezentos e cinquenta e quatro reais).

Fonte: Caixa de Assistência à Saúde dos Empregado da Codevasf – CASEC

24.2 – Entidade Fechada de Previdência Privada

A Codevasf é instituidora da Fundação São Francisco de Seguridade Social – FSFSS, entidade fechada de previdência complementar de direito privado e sem fins lucrativos, que tem por finalidade instituir e administrar Planos de Benefícios de caráter previdenciário, acessíveis aos empregados da Patrocinadora. São administrados 03 (três) planos, sendo 01 (um) em regime de saldamto. Os repasses referentes ao 1º trimestre de 2026 foram:

Tabela 28 – Valores repassados à Fundação São Francisco no período

Participação da Codevasf	Participação dos Empregados	Saldamento (instrumento de dívida)	Saldo devedor - Saldamento	Parcelas restantes - Saldamento
6.725.451	5.060.339	2.376.927	10.091.105	12

Fonte: Fundação São Francisco de Seguridade Social – FSFSS

24.3 – Entidades Relacionadas com a União

Segue entidades pelas quais a companhia mantém contratos firmados que são controladas pela União:

Tabela 29 – Valores repassados a empresas controladas pela União

Entidade	Valor Contratado	Valor pago no 1º trim-26
Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	227.888	36.108
Empresa Brasil de Comunicação S.A - EBC	50.000	1.797
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	1.530.580	0
Total	1.808.468	37.905

NOTA 25 – Eventos subsequentes

25.1 Aumento de Capital

O aumento do Capital Social com recursos recebidos no exercício de 2025 a título de AFAC foi aprovado pela Assembleia Geral Ordinária – A.G.O da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, realizada em 17 de abril de 2026.

Tabela 30 – Capitalização AFAC 2026

Descrição	31-dez-25
Capital Social Integralizado 2025	8.221.851.472
(+) Capitalização Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC 2025	580.429.070
(=) Capital Social	8.802.280.542